EDITAL Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Deve-se iniciar sublinhando a importância da administração da justiça, que estruturava a governação nas sociedades do Antigo Regime da época moderna, situando o papel do monarca na organização das gentes e do território. Deve-se destacar que governar de forma justa significava, entre outros elementos daquele pacto político, conservar e expandir o reino, estabelecer a justiça e a equidade, bem como recompensar os vassalos com mercês e privilégios.

Q2. Território e jurisdição faziam parte da mesma perspectiva de administração do poder na América portuguesa, estruturada pela institucionalização dos territórios. É necessário observar as características da colonização, marcada pela atuação de feitores e almoxarifes como representantes da Monarquia no território, e a primeira divisão territorial em capitanias na década de 1530, ressaltando-se a emergência de um governo geral em 1549.

Q3. Entre as características gerais da formação das capitanias hereditárias, cabe marcar a noção de recompensa segundo a lógica das mercês, o desenvolvimento de um conjunto de estratégias visando ao povoamento e a sua proteção, e a defesa da fé católica, premissa da expansão. Além disso, deve-se mostrar que as capitanias eram senhorios jurisdicionais, cabendo aos donatários administrar os territórios particulares que lhes cabiam, arrecadar rendas, nomear funcionários, distribuir sesmarias e manter a comunicação política com a Monarquia.

Q4. Cumpre assinalar o processo lento e descontínuo de territorialização nos séculos 16 e 17, podendo-se definir a América portuguesa no período como um "arquipélago de assentamentos". É necessário mencionar que essa situação teve repercussões administrativas relevantes, impelindo à autonomização jurisdicional e à formação de polos socioeconômicos específicos. Um exemplo de destaque é o do estado do Maranhão, autonomizado nas primeiras décadas do século 17.

Q5. Deve-se discutir a coexistência de capitanias da Coroa e de capitanias hereditárias, o que deu origem a duas perspectivas político-territoriais e de administração. Também é importante indicar que o processo não foi planejado e (ou) linear, sendo orquestrado ao longo dos séculos 16 e 17 a partir de desafios contingentes. Além disso, deve-se também marcar a sobreposição de jurisdições, em que a atuação dos oficiais de justiça dos donatários coincidia com os territórios das capitanias, enquanto a organização da Coroa levou à criação das comarcas, cuja área de atuação nem sempre coincidia com aquelas das capitanias.

Q6. É preciso considerar, ainda, a afirmação de setores de povoamento esparsos e com considerável grau de autonomia que limitava as prerrogativas do governo da Bahia. Não obstante, sua capacidade de ingerência nos territórios variava conforme a matéria; em certos casos, como a defesa do Estado do Brasil, o lugar hierárquico do governo geral era forte. Por outro lado, as matérias de ordem local, como a concessão de sesmarias, conferiam alta margem de manobra aos capitães-mores e (ou) aos governadores.

Q7. Quanto aos conselhos dirigidos pelas Câmaras, cabe ao candidato destacar que eles desempenharam papel decisivo no âmbito político-territorial como bases da organização do poder local. Tratava-se de um modelo presente em todo o território continental, o qual foi transferido para os territórios ultramarinos, sendo preciso indicar que esse processo

foi pontuado por adaptações segundo as circunstâncias. São exemplos disso os desafios impostos pela extensão dos territórios e pela configuração social da América portuguesa. Ademais, é fundamental citar que esses espaços também recebiam as manifestações dos interesses dos colonos, instituindo-se como arenas de negociação.

Q8. É imprescindível mencionar que houve alterações significativas nas concepções de territorialidade na segunda metade do século 18, sobretudo a partir do Tratado de Madrid e da expulsão dos jesuítas, momento em que também se configurava a chamada "ciência de polícia" que sustentou projetos de racionalização das estruturas do poder. É necessário referir-se a essas características no bojo do projeto pombalino.

Q9. Ao tratar do processo de expansão das estruturas administrativas para o interior, é fundamental observar que ele foi acompanhado pela construção de novas hierarquias e por uma nova forma de soberania da monarquia portuguesa. Faziam parte dela, entre outros exemplos possíveis, a emergência de paróquias e vilas no interior e a perda de patrimônios e privilégios das ordens religiosas.

Q10. As políticas territoriais da segunda metade do século 18 acarretaram a criação de políticas demográficas, com expedições de demarcação e elaboração de censos populacionais, nas quais atuaram cartógrafos e naturalistas, engenheiros militares e até mesmo astrônomos. Tratava-se, nesse sentido, de orientar o assentamento de populações em territórios litigados por outros potentados, com a consequência de fomentar uma nova consciência geográfica.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CUNHA, Mafalda Soares; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo* (Niterói, *on-line*), v. 22, jan.-abr. 2016, pp. 001-030.
FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A caracterização do Estado que se construiu a partir da Revolução de 1930 como um Estado centralizador e com mais autonomia em relação às classes e aos agentes sociais do que o Estado oligárquico da Primeira República, com ímpeto intervencionista tanto na área econômica – inclusive com objetivos de promoção da industrialização – como na área social, na qual procurou desempenhar um papel de mediador ou árbitro entre a classe trabalhadora e os empresários a partir de iniciativas de proteção do trabalhador urbano. Deve-se ressaltar que também marcou o período o fortalecimento do papel das Forças Armadas como garantia da ordem interna, além de grupo de pressão, dentro da administração pública, a favor da industrialização.

Q2. Cabe ressaltar que, entre as primeiras medidas do chefe do Governo Provisório, se incluem a criação, ainda em novembro de 1930, dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, que traduziam duas prioridades: a política trabalhista – voltada para a subordinação dos sindicatos ao Estado, ao mesmo tempo em que reconhecia direitos aos trabalhadores, como as oito horas de jornada diária, férias remuneradas e salário mínimo –; e a política educacional que almejou, desde uma perspectiva autoritária, centralizadora e conservadora, a reforma do ensino e da educação pública com vistas à formação de um "novo homem".

Q3. Quanto à preocupação com a preservação de monumentos históricos, entendidos como referenciais da identidade nacional, levou-se à criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual arregimentou vários intelectuais vinculados ao Modernismo. Enquanto o projeto de criação do SPHAN – elaborado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade por encargo de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública – tramitava no Legislativo, o Congresso Nacional foi fechado em 10 de novembro de 1937. Deve-se destacar que gestões junto a Getúlio Vargas levaram à aprovação do projeto pelo Decreto-Lei nº 25, em 20 de novembro, que fixou o campo de atuação do novo órgão e estabeleceu um marco jurídico que conciliou a proteção de bens culturais e o direito à propriedade, pois o tombamento não implicava a desapropriação do bem tombado pelo Estado. Além do conceito de tombamento, o Decreto-Lei nº 25 institucionalizou o Conselho Consultivo, instância decisória à qual competia deliberar sobre o que seria ou não tombado.

Q4. Instaurado por um golpe que fechou o Congresso Nacional, sem resistências significativas e sem mobilização popular, sob o pretexto de ameaça de nova insurreição comunista, denunciada por militares a partir de documento chamado Plano Cohen (que, posteriormente, se revelou forjado), o Estado Novo não representou uma ruptura drástica com o período de 1930-1937. Apesar de rejeitar a democracia liberal como modelo de organização política – e, nesse sentido, ter representado uma ruptura institucional –, o Estado Novo aprofundou tendências presentes no período anterior, entre elas, o autoritarismo, a centralização político-administrativa e o aprimoramento da máquina administrativa do Estado.

Q5. É necessário mencionar a criação, em dezembro de 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como instrumento de comunicação social diretamente subordinado ao chefe do Poder Executivo e com amplo poder de interferência na área da cultura, o que evidencia o caráter estratégico que o controle da opinião pública representava para o regime. As seções em que se dividia o DIP exprimem o alcance da nova agência: imprensa, propaganda, radiodifusão, teatro e cinema, turismo e serviços auxiliares. O fundamento das atividades exercidas pelo DIP consistia em promover a legitimação social do regime. Diante do exposto, espera-se a menção de que, para isso, o órgão não hesitou em interferir na vida cultural brasileira seja por meio da censura a manifestações artísticas e aos meios de comunicação, seja mediante a divulgação da doutrina ideológica do regime em periódicos voltados para um público letrado (Cultura Política e Ciência Política).

Q6. Como testemunhos da multiplicidade de competências do DIP, podem ser citados, entre outros exemplos: a produção do programa radiofônico A hora do Brasil, utilizado como instrumento de propaganda do regime e de educação cívica em uma época na qual o rádio era o principal veículo de comunicação de massa; a organização oficial do Carnaval pela Prefeitura do Distrito Federal, juntamente com a seção de turismo do DIP, que passaram a impor temas de conteúdo nacionalista e de exaltação patriótica a escolas de samba e ranchos; e a organização de cerimônias cívicas multitudinárias segundo um calendário oficial de eventos que incluíam o Dia do Trabalho (1o de maio), o Dia da Bandeira (19 de novembro), o aniversário de Getúlio Vargas (19 de abril) e a celebração da instalação do Estado Novo (10 de novembro).

Q7. Espera-se que o candidato cite as comemorações do 1o de maio no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, e, a partir de 1944, no Pacaembu, em São Paulo, que reuniam multidões que aguardavam, com ansiedade, o anúncio de algum benefício social para os trabalhadores. A comemoração do aniversário de Getúlio Vargas era mais um dos instrumentos de propaganda oficial em torno da construção simbólica da imagem do ditador como protetor dos trabalhadores. A publicação de A nova política do Brasil e o ingresso na Academia Brasileira de Letras foram outros investimentos oficiais no sentido de criar para Getúlio uma aura de intelectual e, ao mesmo tempo, de homem de ação.

Q8. Acerca das relações entre o Estado como patrocinador e as artes e a cultura ao longo do período, o candidato deve frisar que elas também se desenvolveram no campo da arquitetura, quando concursos públicos para a construção de novas sedes para os Ministérios deram lugar a disputas entre diferentes correntes. É fundamental que cite o seguinte: a capital da República foi objeto de projetos de remodelação urbana, que incluíram a construção de novos edifícios públicos, em especial na Esplanada do Castelo, grande área central disponível para ocupação a partir do desmonte do Morro do Castelo, em 1922; o exemplo mais icônico das novas ideias de racionalismo e funcionalidade foi o projeto para a sede do Ministério da Educação e Saúde, resultado da colaboração de vários arquitetos modernos sob a liderança de Lúcio Costa,

convidado por Gustavo Capanema, que não se satisfizera com o projeto vencedor do concurso; a equipe recebeu uma espécie de consultoria do franco-suíço Le Corbusier que, a convite do governo, visitou o Rio de Janeiro entre junho e julho de 1936.

Q9. É preciso mencionar que a discricionariedade de altos dirigentes públicos – ao se anular o resultado de concursos e escolher arquitetos por convite pessoal – não excluía o convívio e as disputas entre defensores de correntes arquitetônicas distintas, como os acadêmicos, dominantes na Escola de Belas Artes, e os adeptos do estilo neocolonial, além dos modernos. Deve-se destacar que a diversidade de estilos se expressou em obras como os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Marinha e da Guerra e em projeto não realizado para o das Relações Exteriores. Outra evidência que deve ser ressaltada é que, com o apoio e o patrocínio do Estado, o modernismo arquitetônico brasileiro se consolidaria como dominante e reivindicaria participação no mercado internacional, para o que a exposição Brazil Builds, organizada em Nova Iorque, em 1943, representou excelente oportunidade de divulgação.

Q10. Também deve-se comentar acerca de outro setor no campo da cultura que recebeu atenção do Estado Novo, que foi o dos museus, embora não se possa afirmar que tenha havido uma política coesa para o setor, com planejamento orgânico, exceto talvez no caso do SPHAN. A criação de instituições museais no período de 1930-1945 correspondeu a iniciativas diferenciadas em resposta a impulsos desconexos entre si. Alguns exemplos podem ser mencionados. Cabe evidenciar que as iniciativas do SPHAN valorizaram o patrimônio monumental herdado do Período Colonial, como o museu das Missões, em São Miguel das Missões/RS, de 1940, e o da Inconfidência de Ouro Preto/MG. No caso mineiro, a operação envolveu o repatriamento dos restos mortais dos heróis da Conjuração Mineira de 1789, a montagem de um Panteão e a instalação do museu na antiga Casa da Câmara e Cadeia, em 1944. A criação do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1937, com a pretensão de expor uma narrativa universal da história da arte, à qual a arte brasileira reivindicava inserção, expressou o tradicionalismo predominante no meio acadêmico, antimodernista. É importante destacar ainda que o Museu Imperial de Petrópolis, inaugurado em 1943, dedicava-se a cultuar a memória de Pedro II como monarca esclarecido, justo e incentivador das ciências e das artes, pacificador e garantidor da unidade da nação.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.
FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (*O Brasil republicano*, v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [2003], 4. ed.p, p. 145-179.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A geração 1870 é alvo de investigações desde o seu surgimento na segunda metade do século 19. De lá para cá, muitos intérpretes buscaram elucidar as causas de sua formação, bem como os seus pensamentos, a origem social, além do impacto político e intelectual. Espera-se, nesse sentido, uma reflexão mais ampla acerca do lugar ocupado pelos atores desse movimento na conjuntura que antecede a queda do Segundo Reinado, logo, sabendo situá-lo dentro de sua importância histórica para o referido período.

Q2. Como elemento inicial de análise, o candidato deve ressaltar que, antes de tudo, os movimentos intelectuais e políticos encabeçados pela geração 1870 assumiram um caráter de contestação à ordem estabelecida, a saber, o domínio dos saquaremas e o liberalismo estamental; sendo assim, tal geração adotou uma postura crítica ao status quo dominante.

Q3. Cabe ressaltar a importância de se considerar que a hierarquização social, herdeira do Antigo Regime e inserida no jogo de dominação das elites liberais e conservadoras, barrava o ingresso ao poder de novos agentes, bem como a ascensão daqueles que, já inseridos nas estruturas de poder, se encontravam marginalizados. Dessa forma, as críticas e as reformas almejadas visavam também à inserção desses agentes no cenário político em vigor ou na alteração dele.

Q4. Ainda em relação ao contexto sociopolítico que levou ao surgimento da geração 1870, é fundamental destacar as mudanças ocasionadas pela chamada modernização conservadora, a qual, mesmo incompleta, possibilitou uma maior permeabilidade social e econômica. Além disso, tais reformas foram responsáveis por uma cisão na elite política dominante, assim, foi aberto o espaço para as contestações extrainstitucionais.

Q5. No que concerne à circulação intelectual na segunda metade do século 19, o candidato deve mencionar também que a geração 1870 se destacava pela propagação de ideologias progressistas, vistas amiúde como radicais por seus detratores enraizados na estrutura estatal do Império. Apesar de serem muito influenciados por filosofias europeias, como darwinismo social, spencerianismo, positivismo, entre outras, as apropriações por parte dos agentes envolvidos – outrora interpretadas pela historiografia como cópias ornamentais de ideias europeias – davam-se mediante necessidades das disputas políticas em vigor; desse modo, o repertório intelectual do movimento era formado por elementos estrangeiros, mas também pela tradição e peculiaridades nacionais.

Q6. O estabelecimento de uma unidade doutrinária e intelectual para o grupo é inviável, dado que as ideias eram tão diversas quanto as apropriações e as necessidades de sua aplicação nas disputas políticas. Por isso, demonstrará erudição e domínio do conteúdo o candidato que considerar o ecletismo e o sincretismo dessas ideias, que longe de serem "puras" na Europa muito menos eram no Brasil. Reputam-se como defasadas as teses que visam a analisar os postulados intelectuais do movimento pelo viés da fidelidade doutrinária, ou não, a suas raízes europeias.

Q7. É necessário destacar também que os debates se davam, na maioria das vezes, em esferas públicas de discussão, e não pelas vias institucionais, como o Parlamento e as instituições educacionais, mantidas pelo Estado. Aliás, muitos de seus agentes somente integraram as estruturas oficiais de ressonância intelectual e política durante a República. Desse modo, a imprensa, as publicações diversas e os palanques eram, frequentemente, as formas mais usuais de propagação de seu pensamento.

Q8. É imprescindível que o candidato mencione a impossibilidade de se desvincular a trajetória da geração 1870 da crise que se abateu sobre o Império nas últimas décadas do século 19. A grande experiência social compartilhada por esse grupo era a exclusão nas entranhas do aparato político e administrativo do Segundo Reinado, e o seu nascimento deu-se justamente em contestação a essa ordem. Á medida em que se fendia, a estrutura do regime abria espaço para novas ideias contestatórias; dessa forma, pode-se dizer que a ação dos membros desse movimento alimentou-se da crise e fomentou-a. Ao pregarem o fim do sistema de trabalho escravista vigente, a extinção do Poder Moderador e a laicização do Estado, os integrantes dessa geração minavam os pilares que sustentavam o regime desde então.

Q9. Em que pese a constatação da marginalização e da exclusão do grupo representado pela geração 1870, diante do cenário político vigente na época, é importante destacar que tal grupo fazia parte de certa elite nacional, haja vista que o próprio letramento era um fator de distinção. Mesmo aleijada das altas instâncias de poder, essa elite não buscou uma ruptura radical e, sim, uma profunda reforma nos aparelhos do Estado, e uma prova disso é a opção por ideologias não revolucionárias – como, por exemplo, o positivismo – ao invés de opções revolucionárias como o marxismo, também disponíveis no repertório daquela época.

Q10. O candidato deve ressaltar, por fim, que muitos integrantes dessa geração posteriormente ocuparam lugares de destaque na construção política e intelectual da República, como é o caso de Júlio de Castilhos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rui Barbosa, Sílvio Romero, entre outros. Armados de ideias abolicionistas e republicanas, muitos desses atores pavimentaram os caminhos que o novo regime percorreria.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 15, no 44, out 2000.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O surgimento de uma alternativa política republicana relaciona-se diretamente a um período de profundas transformações sociopolíticas no Brasil. É necessário indicar as características desse processo a partir de exemplos – a Guerra do Paraguai, as disputas em torno da escravidão, a Lei de Terras, entre outros.

Q2. Deve-se contextualizar, igualmente, as transformações intelectuais e ideológicas, discutindo perspectivas dissidentes, reformistas ou mesmo revolucionárias, que ganharam força no debate público, especialmente a partir da década de 1870.

Q3. No plano político, esse contexto torna viável a alternativa republicana, cabendo discutir episódios como a queda do gabinete Zacarias, a formação do Partido Republicano e os debates na imprensa, de forma a enfatizar, no caso desta última, seu caráter estratégico para a ação política.

Q4. É imprescindível apontar a importância do Manifesto Republicano, percorrendo suas principais críticas e propostas, a exemplo dos questionamentos ligados ao Poder Moderador, à noção de "monarquia temperada" e à defesa do federalismo.

Q5. Também cumpre discorrer a respeito das consequências imediatas e de médio prazo da criação do Partido Republicano e da publicação do Manifesto, a exemplo do estímulo à criação e conversão de clubes à causa dos republicanos, bem como demarcar graus de adesão e diferenças no bojo da agenda republicana segundo as províncias do Império e (ou) correntes ideológicas.

Q6. Cabe examinar os efeitos das causas políticas republicanas à luz da dinâmica eleitoral, indicando, entre outros aspectos possíveis, a formação de um partido efetivo em São Paulo, a ser descrito com base nos grupos sociais que fizeram parte dele, e a força política eleitoral das ideias republicanas em províncias como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Q7. Outro fenômeno a discutir é a transformação paulatina do vocabulário político ao longo da década de 1880, com o sucesso da propaganda republicana em afirmar a ideia de uma equivalência entre democracia e república a partir do ideal, defendido por várias correntes, de uma extensão da cidadania.

Q8. A questão dos grupos sociais que aderiram ao republicanismo deve ser correlacionada à centralidade do debate abolicionista, com a finalidade de mostrar as ambiguidades no posicionamento e o pragmatismo amiúde adotado em relação a esse tema, tendo em vista a necessidade de conciliar os interesses de grupos urbanos e rurais.

Q9. O contexto também foi marcado pelo aumento das tensões entre militares e o governo, exemplificadas, entre outros fatores a serem elencados, pelas demandas dos militares pelo direito em discutir abertamente temas que considerassem de interesse. Espera-se que o candidato discuta, ainda, como algumas lideranças, a exemplo de Benjamin Constant, buscaram se aproximar da direção do Partido Republicano, e vice-versa.

Q10. Deve-se mostrar também que as críticas intensas à acefalia do poder perante a fragilidade do imperador tomaram parte dos debates públicos, dando margem à construção de uma imagem de apatia nacional. Por outro lado, as agitações nas ruas da Corte instigavam a manifestação de um discurso em nome da ordem, servindo de justificativa, segundo certos atores políticos, para uma transição politicamente mediada rumo à República..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida.* Rio de Janeiro: Editora FGV / Edur, 2007.
ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Nos anos iniciais do século 21, a conflagração de guerras, nos mais diversos pontos do planeta continuam a movimentar grandes contingentes de pessoas, a exemplo do que acontece na Síria e, mais recentemente, na Ucrânia. Adicionalmente, as nações que se encontram em profundas crises econômicas, tais como aquelas localizadas na América Central, como Guatemala e Honduras, também continuam a ser fatores de deslocamento das populações. Além disso, mudanças de regimes, como aquele ocorrido recentemente no Afeganistão, geram fluxos consideráveis, em face do caráter político-religioso do grupo que assumiu o poder no país. Ainda outro motivo a considerar é que o fator religioso tem se mostrado um impulsionador de fluxos migratórios forçados, a exemplo do que se observou com os rohingyas, em Bangladesh.

Q2. Além dos fatores de ordem política, econômica e das guerras, mais recentemente há um novo tipo de migrante, aquele que se desloca em face das questões ambientais que, embora ainda sejam fluxos incipientes e pouco estimados, vem adquirindo espaço nos debates, pois são uma nova categoria de deslocados que, muitas vezes internamente, não encontram condições de sobrevivência em seus lugares de origem. Bangladesh é um desse países com grande quantidade de pessoas que se deslocam, em face das questões ambientais nas suas áreas litorâneas e vão se instalar nas favelas de suas maiores cidades, como Daca. Outra nova categoria de migrantes, não forçados, são os trabalhadores do conhecimento, caracterizados por indivíduos com alta escolaridade e qualificação profissional que transitam pelo mundo ocupando cargos e posições em organizações públicas e privadas, além de organismos multilaterais.

Q3. Esse complexo quadro de deslocados que mescla migrações espontâneas e outras diásporas que ocorrem por crises resultou em um grande contingente daquilo que se denomina refugiados ou apátridas. São pessoas que não têm sua